

ABEPSS

ISBN: 85-85610-20-4

Temporality

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
ENSINO E PESQUISA EM
SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS

SUMÁRIO

Os artigos publicados nesta revista são de inteira
responsabilidade de seus autores

© Copyright 2001 by ABERPSS

2ª Edição, 2004
3ª Edição, 2008

Projeto Gráfico e Editorial
GRAFFLINE - Artes Gráficas e Editora Ltda.
Av. Mem de Sá, n.º 69 - Lapa - RJ
Tel.: 2221-6331 / 2508-7265
Email: graffline@osite.com.br

Editoração Eletrônica
Luniana Sant'Ana Batista

Revisão:
ABERPSS

Capa
Luis Leonardo M. Arosteguy

TEMPORALIS
do latim, significa marcar o tempo

Período semestral da ABERPSS

Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Ano 2, n. 3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABERPSS, Graffline, 2001. 88 p.
2ª edição, Porto Alegre, 2004
3ª edição, São Luis, 2008.
Descrição baseada em: Ano 2, n. 3 (jan./jun. 2001).
1. Questão Social. 2. Direitos Sociais. 3. Serviço Social - Brasil
4. ABERPSS - história.

EDITORIAL	05
X A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO	09
MARILDA VILELA IYAMAMOTO	
X POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	33
MARIA CARMELITA Y AZBEC	
X CINCO NOTAS A PROPOSITO DA "QUESTÃO SOCIAL"	41
José PAULO NETTO	
X QUESTÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E DIREITOS DA CIDADANIA	51
POTYARA A. P. PEREIRA	
A ATUAÇÃO DA ABERPSS NO ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL: BALANÇO DA GESTÃO 1988-2000	63
IVANETE BOSCHETTI FERREIRA	
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS	87

Marilda Vilela Iannacoto**

"Caminhos não há.
Mas as grammas
os inventarão.

Aqui se inicia,
uma viagem clara
para a encantação.

Fonte, flor em fogo,
o que nos espera
por detrás da noite?

Nada vos sovino:
com a minha
incerteza,
vos iluminio".

Ferreira Gullar

Introdução

O poema de Ferreira Gullar é um alerta aos impasses do presente e um alento que nos anima a manter viva a chama da esperança entraigada nos processos sociais. Manter viva a rebeldia e a afirmação de caminhos que constroem – detrás da noite do presente - "uma viagem clara de encantação", como diz o poeta. Espero que as nossas (in)certezas partilhadas impulsionem o debate coletivo voltado à compreender e identificar estratégias de enfrentamento à questão social, na defesa dos direitos humanos e sociais, o que nos desafia a todos(as), profissionais e cidadãos(ãs).

Esse ENPPSS realiza-se em um contexto adverso, mas decisivo para a

* Texto base da palestra realizada na abertura do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - VII ENPPSS, realizado na Universidade de Brasília - UNB, no dia 21 de novembro de 2000.

** Prof. Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - atualmente aposentada, e Prof. Visitante da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Agradeço à ABERSS - e entidades que apoiaram o evento - o convite para participar da mesa de abertura do VII ENPPSS juntamente com o Prof. Dr. J. Lojkin, o que muito me honrou.

condições do exercício da força de trabalho autonomizados frente a força viva de trabalho e a que este antagonismo personifica como capital." (Marx, 1985:754, Livro III)

Como pensar a questão social nessa sociedade? Qual a sua gênese?

O processo de acumulação ou a reprodução ampliada do capital realiza-se historicamente sob um duplo movimento. Quando a composição do capital mantém-se inalterada, o aumento do capital revela-se como ampliação tanto da classe capitalista - mais capitalista e mais poderosos que competem entre si - quanto dos trabalhadores assalariados, alargando o poder de mando do capital sobre o trabalho. Entretanto com o progresso da acumulação, o aumento da produtividade torna-se um de seus produtos e sua alavanca mais poderosa, operando-se uma mudança na *composição técnica e de valor do capital*. Reduz-se proporcionalmente o emprego da força viva de trabalho ante o emprego de meios de produção mais eficientes, impulsionando o aumento da produtividade do trabalho social. A incorporação por parte dos empresários capitalistas dos avanços técnicos e científicos no processo de produção (no sentido *lato*, englobando, produção, distribuição troca e consumo) possibilita aos trabalhadores, sob a órbita do capital, produzirem mais em menos tempo. Reduz-se o tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, ou seja, o seu valor, ampliando simultaneamente o tempo de trabalho excedente ou mais-valia. Em termos da composição de valor, reduz-se relativamente o capital variável- empregado na força de trabalho- e aumenta-se o capital constante, empregado nos meios materiais de produção. A incorporação das conquistas da ciência no processo de produção na sua globalidade - ela mesma uma força produtiva por excelência (MARX, 1980) -, contribui para acelerar a produtividade do trabalho e a rotação do capital, permitindo uma ampliação das taxas de lucratividade. A concentração e centralização de capitais, impulsionadas pelo crédito e pela concorrência, ampliam a escala de produção. Com isso, o *decrésimo relativo de capital variável aparece inversamente como crescimento absoluto da população trabalhadora, mais rápido que os meios de sua ocupação*. Assim, o processo de acumulação produz uma população relativamente *superflua e subsidiária às necessidades médias de seu aproveitamento pelo capital. É a lei particular de população deste regime de produção: com a acumulação, obra da própria população trabalhadora, esta produz, em volume crescente, os meios de seu excesso relativo*. Acresce-se a isso o interesse dos empresários capitalistas em extrair uma maior quantidade de trabalho de uma parcela menor de trabalhadores - via ampliação da jornada de trabalho e intensificação do trabalho -, articulando os meios de extração da mais valia absoluta e relativa. Isso faz com que o trabalho excedente dos segmentos ocupados condene à *ociosidade socialmente forçada* amplos contingentes de trabalhadores após ao trabalho e impedidos de trabalhar,

14

mais além dos incapacitados para a atividade produtiva.

Cresce pois uma *superpopulação relativa* para esse padrão de desenvolvimento: não os "inúteis para o mundo", a que se refere R. Castel (1998), mas os *superfluos para o capital, acirrado a concorrência entre os trabalhadores - a oferta e procura*, com evidente interferência na regulação dos salários (ainda que sejam estes uma função da magnitude da acumulação). Dentre essa superpopulação relativa - que à época da revolução industrial inglesa era qualificada de "exercício industrial de reserva" - encontram-se os *segmentos intermitentes*, sujeitos às oscilações cíclicas e eventuais de absorção e repulsa do trabalho nos centros industriais; a *superpopulação latente* na agricultura, fruto da redução de demanda de força de trabalho decorrente do seu processo de industrialização, não acompanhada de igual capacidade de absorção dos trabalhadores nos pólos urbano-industriais. Inclui-se também aquela parcela *estagnada* de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais: os precarizados, temporários, com "máximo de tempo de serviço e mínimo de salário", sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora. Esse quadro é complementado com o crescimento do *pauperismo*⁷, segmento formado por contingentes populacionais miseráveis aptos ao trabalho mas desempregados, crianças e adolescentes e segmentos indigentes incapacitados para o trabalho (idosos, vítimas de acidentes, doentes etc.) cuja sobrevivência depende da renda de todas as classes, e, em maior medida, do conjunto dos trabalhadores.

Em síntese, o crescimento da *força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas que a força expansiva do capital*, expressando a lei geral da acumulação capitalista⁸. Esta é modificada em sua realização pelas mais variadas circunstâncias, fruto do aperfeiçoamento dos meios de produção e do desenvolvimento da produtividade do trabalho social mais rápido do que a população trabalhadora produtiva. A lei da acumulação expressa-se, na órbita capitalista, *às avessas*: no fato de que parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital. (Marx, 1985:209). Cetero, *assim, uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção*

⁷ "O pauperismo constitui o salto dos inválidos do exercício ativo de trabalhadores e o peso morto do exercício industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição da existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Ele pertence aos *faux/rais* da produção capitalista que, no entanto o capital sabe transferir para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média" (MARX, 1985:209, Livro I)

⁸ "Quando maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandezza absoluta do proibido e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exercício industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exercício de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exercício de reserva em relação ao exercício ativo de trabalhadores, tanto mais nasce a superpopulação consolidada, cuja indústria está em razão inversa do suplicio de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarista da classe trabalhadora e o exercício industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista" (MARX, 1985:209, Livro I).

reprodução da questão social na sociedade capitalista.

A existência do *trabalhador livre* – a separação do indivíduo das condições de seu trabalho, monopolizadas sob a forma capitalista de propriedade – enquanto condição histórica dessa forma de organização social da produção, torna o indivíduo que trabalha um *pobre virtual*.⁹ *Pobre enquanto intrinsecamente necessário, excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho sobrevivência.* Como a capacidade de trabalho é mera potência, o indivíduo só pode realizá-la se encontra lugar no mercado de trabalho, quando demandado pelos empresários capitalistas. Assim a obtenção dos meios de vida depende de um conjunto de mediações que são sociais, passando pelo intercâmbio de mercadorias, cujo controle é intrinsecamente alheio aos indivíduos produtores. *O pauperismo como resultado do trabalho – do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, é uma especificidade da produção fundada no capital* (MARX, 1980, t.II, p.110). Importa salientar que, nessa concepção, a pobreza não é apenas compreendida como resultado da distribuição de renda, – mas referida à própria produção. Ou, em outros termos, à distribuição dos meios de produção,¹⁰ e portanto as relações entre as classes, – atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais, que se afirmam como intrinsecamente necessários, tanto na órbita material quanto espiritual (intelectual, cultural e moralmente). Processo esse que é radicalizado com o desmonte das políticas sociais públicas e dos serviços a elas atinentes, destruindo a responsabilidade do Estado na preservação do direito à vida de amplos segmentos sociais, transferida à eventual solidariedade dos cidadãos, isto é, às sobras de seu tempo e de sua renda.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –,

⁹ O conceito de *trabalhador livre* contém já implícito, que o mesmo é um *pobre virtual*. Com respeito às condições econômicas é mera compactação de trabalho e por isso, dotado de necessidades vitais. É um necessário em todos os sentidos, do sobrevivência do indivíduo e de não poder realizar o trabalho necessário, produzir seus meios de subsistência. Quando não pode obtê-los por meio do intercâmbio mercantil, os obterá por meio de esmolas que sobram para ele da renda de todas as classes (MARX, 1980, t.2, p.110). É interessante observar a atualidade dessa interpretação, quando os chamamentos à filantropia do capital e ao trabalho voluntário são uma das técnicas das respostas à questão social na atualidade. Lembra o debate de Marx com Proudhon na *Miséria da Filosofia* (MARX, 1970, p.11) acerca das diferentes escolas de interpretação das relações sociais capitalistas por parte dos intelectuais da burguesia. Dentre elas, destaca a *Escola humanitária* que salienta o lado mais das relações de produção atuais. Para tranquilidade de consciência esforça-se por conectar o mais possível os contrastes reais, deplora sinceramente as penalidades do proletariado e a desventura com que se encontra o mais possível os acionistas nos operários que se aglomeram, trabalham bem e trabalham poucos filios; recomenda aos burgueses que moldeem seu olhar na esfera da produção... A *Escola filantropia* é a escola humanitária aperfeiçoada. Nessa a necessidade do não contenha antagonismos... Por conseguinte, os filantropos querem conservar as categorias que expressam as relações burguesas, porém sem o antagonismo que constitui a essência dessas categorias e é inseparável delas. Os filantropos acreditam que combatem a sério a política burguesa, mas são mais burgueses que ninguém.

das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do "trabalhador livre", que depende da verdade de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve simultaneamente uma *luta aberta e surda pela cidadania* (IANNI, 1992). Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, forçados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais.

É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. *Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a intertendência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos*¹¹. Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho – consubstanciados em serviços e políticas sociais –, o que, nos países centrais, expressou-se no *Welfare State*, *Estado Providência* ou *Estado Social*.

Atualmente, a questão social passa a ser objeto de um violento processo de *criminalização* que atinge as classes subalternas (IANNI, 1992 e GUMARÃES, 1979). Recicla-se a noção de "classes perigosas" – não mais laboriosas, sujeitas à repressão e extinção. A tendência é *naturalizar* a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em *objeto de programas assistenciais focalizados de "combate à pobreza"* ou em *expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais*. Evoca o passado, quando era concebida como caso de polícia, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária e outros segmentos trabalhadores. Na atualidade, as propostas imediatas para enfrentar a questão social no país atualizam a *articulação assistencial focalizada/repressão*, com o reforço do braço coercitivo do Estado em detrimento da construção do consenso necessário ao regime democrático, o que é motivo de inquietação.

Uma *dúpla armadilha* pode envolver a análise da questão social, quando suas múltiplas e diferenciadas expressões são desconectadas de sua *gênese comum*,

¹¹ A história da regulamentação do trabalho, estabelecendo os limites de onde começa o tempo de vida do trabalhador para si e para o capital, é rito de "uma guerra civil prolongada até a regulamentação pelo Estado da jornada de 8 horas, hoje ainda um ideal cada vez mais longínquo para os grandes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras em nosso país.

A exigência *é* reduzir custos e ampliar as taxas de lucratividade. Nesta lógica, o rebuxamento dos custos do chamado "factor trabalho" tem peso importante, envolvendo o embate contra a organização e as lutas sindicais, os cortes de salário e direitos conquistados. A necessidade de redução de custos para o capital revela-se na figura do trabalhador polivalente, em um amplo enxugamento das empresas com a terceirização e a decorrente redução do quadro de pessoal tanto na esfera privada quanto governamental. A concorrência entre os capitais estimula um acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, que revoluciona a produção de bens e serviços. Apoiada na robótica, na microeletrônica, na informática, dentre outros, avanços científicos, a reestruturação produtiva afeta radicalmente a produção de bens e serviços, a organização e gestão do trabalho, as condições e relações de trabalho, assim como o conteúdo do próprio trabalho. Verificam-se, em decorrência, mudanças nas formas de organizar a produção e consumir a força de trabalho, envolvendo amplo enxugamento dos postos de trabalho e a precarização das condições de trabalho. Reduz-se assim a demanda de trabalho vivo ante o trabalho passado incorporado nos meios de produção, com elevação da composição técnica e de valor do capital.

3. Complementem esse quadro, radicais mudanças nas relações Estado/sociedade civil, orientadas pela terapêutica neoliberal, traduzidas nas políticas de ajuste recomendadas pelo "Consenso de Washington" (BAPTISTA, 1994). Por meio de vigôria interruzione estatal a serviço dos interesses privados articulados no bloco do poder contrarrevolucionário conelama-se, sob inspiração liberal, a necessidade de reduzir o Estado ante a questão social mediante a restrição de gastos sociais, em decorrência da crise fiscal do Estado. A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses do grande capital financeiro e de honrar os compromissos morais com as dividas interna e externa.

A crítica neoliberal sustenta que os serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionam o gasto estatal (GRASSLI, *et alii*, 1994). A proposta é reduzir despesas (e, em especial, os gastos sociais), diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos. E o assistente social, que é chamado a implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los, vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas e serviços sociais públicos.

20

4. Tais processos atingem não só a economia e a política, mas afetam as formas de sociabilidade. Vive-se a "sociedade de mercado" (FUCHNER, 1999) e os critérios de racionalidade do mercado - este tão como o eixo regulador da vida social -, invadem diferentes esferas da vida social. Uma lógica produtivista e competitiva erige a competitividade, a rentabilidade, a eficácia e eficiência em critérios para referenciar as análises sobre a vida em sociedade. Foga-se assim uma mentalidade utilitária, que reforça o individualismo, onde cada um é chamado a "se virar" no mercado. Ao lado da naturalização da sociedade - "é assim mesmo, não há como mudar" -, ativam-se os apelos morais à solidariedade, na contrafaz da crescente degradação das condições de vida das grandes maiorias. Esse cenário, de nêdo teor conservador, abriga as formas culturais, a subjetividade, a sociabilidade, as identidades coletivas, etodino, projetos e utopias. Estimula um clima de incertezas e desesperanças. A debilidade das redes de sociabilidade e sua subordinação às leis mercantis estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um "é livre" para assumir os riscos, as opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desigualdade.

Nesse cenário a "velha questão social" metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Há violência hoje a imensa fatura entre o desenvolvimento das forças produtivas do Trabalho social e as relações sociais que o sustentam. Crescem as desigualdades e afirmam-se as lutas no dia a dia contra as mesmas - na sua maioria silenciadas pelos meios de comunicação - no âmbito do trabalho, do acesso a direitos e serviços no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, das diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero, etc. A globalização do capital globaliza também a questão social, atingindo não apenas os países pobres que lideram o ranking mundial da desigualdade, mas espalhando-se aos recantos mais sagrados do capitalismo mundial, sob formas particulares e distintas segundo as características nacionais. A fecundidade do legado analítico de Marx é confirmado - e não desqualificado - ao se apreender as novas determinações históricas da questão social, complexificada nas suas formas de expressão, ao tempo em que aprofunda-se sua raiz, tornando-se transversal às mais variadas dimensões da vida das classes subalternas. Aprender essas novas mediações e condirão mesmo de assegurar a fidelidade ao método de Marx - em sua radical historicidade - desafiando os pesquisadores a decifram os processos sociais reais. Requer um embate contra a vulgata marxista - que informa grande parte da crítica a essa tradição intelectual - ao congelar as categorias analíticas na busca ingloria de sua "aplicação" à realidade, no lugar de concebê-las como resultado necessário de um movimento da razão crítica na apreensão do processo histórico na sua multidimensionalidade, reelaborando-o na esfera do pensamento mediante o recurso da abstração, de modo a traduzi-lo enquanto concreto pensado, imprimindo-lhe inteligibilidade.

21

organamento público é a "caixa preta" das políticas sociais governamentais, em especial da seguridade social. A elaboração e interpretação dos organismos passam a ser efetuadas segundo os parâmetros empresariais de custo/benefício, eficiência/operância, produtividade/rentabilidade. O resultado é a subordinação da resposta às necessidades sociais à mecânica técnica do organamento público, orientada por uma racionalidade instrumental. A democracia vê-se reduzida um "modelo de gestão", desparceando os sujeitos e a arena pública em que *expressam e dependem seus interesses*.

Essas considerações também desafiam as instâncias de formação universitária no sentido de capacitar os futuros assistentes sociais, mediante elementos teóricos e técnicos, para a leitura crítica dos organismos sociais, de modo a viabilizar estratégias voltadas à negociação de recursos para programas e projetos sociais que fortaleçam o projeto ético-político ora em construção. É de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho - e correspondentes expressões culturais- dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre as expressões da questão social nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social. E também formar competências requeridas para a captação de recursos junto às fontes de financiamento. É o conhecimento criterioso dos processos sociais e sua vivência pelos indivíduos sociais que poderá alimentar ações inovadoras capazes de propiciar o reconhecimento e atendimento às necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais. Aquela conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática para além das mistificações difundidas pela mídia. Isso requer também estratégias técnico-políticas no campo da comunicação social -no emprego da linguagem escrita, oral e midiática-, para o desencadeamento de ações coletivas que viabilizem propostas profissionais capazes para além das demandas instituídas.

As condições e relações de trabalho em que estão inscritos os assistentes sociais são indissociáveis da Reforma do Estado, que redimensiona as relações Estado e sociedade e atinge as políticas e/ou ações voltadas à questão social. Segundo a ótica oficial, verifica-se um esgotamento da "estratégia estatizante", afirmando-se a necessidade de ultrapassar a administração pública tradicional, centralizada e burocrática. Considera-se que o Estado deva deslocar-se da linha de frente do desenvolvimento econômico e social e permanecer na retaguarda, na condição de promotor e regulador desse desenvolvimento.

Observa-se uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas - de abrangência universal- no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais. Esse deslocamento da satisfação de necessidades da esfera do direito público para o direito privado ocorre em detrimento das lutas e de conquistas

sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos, que hoje está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social. Transfere-se para distintos segmentos da sociedade civil significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, dentre as quais os assistentes sociais.

Esse processo expressa-se em uma dupla via: de um lado, na transferência de responsabilidades governamentais para "organizações da sociedade civil de interesse público" e outro, em uma crescente mercantilização de atendimento às necessidades sociais, o que é evidente no campo da saúde, da educação entre muitos outros.

O chamado "terceiro setor", na interpretação governamental, é tido como distinto do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor). É considerado como não governamental, não lucrativo e voltado ao desenvolvimento social, dando origem a uma "esfera pública não estatal", constituída por "organizações da sociedade civil de interesse público". No marco legal do terceiro setor são incluídas entidades de natureza as mais variadas, que estabelecem um termo de parceria entre entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (pública ou privada). Engloba, sob o mesmo título, as tradicionais instituições combativas que emergiram no campo dos movimentos sociais, aquelas com filiações político-ideológicas as mais distintas, além da denominada "filantropia empresarial". Chama atenção a tendência de estabelecer uma identidade entre terceiro setor e sociedade civil. Esta passa a ser reduzida a um conjunto de organizações -as chamadas entidades civis sem fins lucrativos-, sendo dela excluídos os órgãos de representação política, como sindicatos e partidos, dentro de um amplo processo de despolitização. A sociedade civil tende a ser interpretada como um conjunto de organizações distintas e "complementares", destituída dos conflitos e tensões de classe, onde prevalesem os laços de solidariedade. Salienta-se a coesão social e um forte apelo moral ao "bem comum", discurso esse que corre paralelo à reprodução ampliada das desigualdades, da pobreza e violência. Estas tendem a ser naturalizadas, onde o horizonte é a redução de seus índices mais alarmantes.

A universalidade no acesso nos programas e projetos sociais abertos a todos os cidadãos só é possível no âmbito do Estado. Este ainda que seja um Estado de classe, dispõe de uma dimensão pública, que expressa a luta pelos interesses da coletividade. Projetos levados a efeito por organizações privadas apresentam uma característica básica que os diferencia: não se movem pelo interesse público e sim pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais, reforçando

a seletividade no atendimento, segundo critérios estabelecidos pelos mantenedores. Portanto, ainda que o trabalho concreto¹⁵ do assistente social seja idêntico - no seu conteúdo útil e formas de processamento - o sentido e resultados sociais desses trabalhos são intrinsecamente distintos, visto que presididos por lógicas diferentes: a do direito privado e do direito público, alterando-se, pois, o significado social do trabalho técnico-profissional e seu nível de abrangência.

B) Uma progressiva mercantilização do atendimento das necessidades sociais vem ocorrendo como privatização das políticas sociais. Nesse processo os serviços sociais deixam de expressar direitos sociais, metamorfosando-se em atividade de *outra natureza*, inscrita no circuito de compra e venda de mercadorias, em detrimento dos direitos sociais de cidadania, que, em sua necessária dimensão de universalidade, requer a ingerência do Estado. O substitutivo são os direitos *afirmados à condição de consumidor* (Cf. MOTA, 1999). Quem julga a pertinência e qualidade dos serviços prestados são os que, através do consumo, renovam sua necessidade social. O dinheiro aparece em cena como meio de circulação, intermediando a compra e venda de serviços, em cujo âmbito se insere o assistente social¹⁶. O grande capital ao investir nos serviços sociais passa a demonstrar uma "preocupação humanitária", coadjuvante da ampliação dos níveis de rentabilidade das empresas, moralizando sua imagem social. Trata-se de, ainda, um reforço à necessidade de transformar propósitos de classes e grupos sociais específicos em "propósitos de toda a sociedade, velha armadilha, historicamente assumida pelo Estado e que hoje tem a mídia importante aliada nesse empreendimento.

Os assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos. O significado desse trabalho muda radicalmente ao voltar-se à direitos e deveres referentes às operações de compra e da venda. Enquanto os direitos sociais são fruto de lutas sociais e negociações de serviços no atendimento a necessidades sociais de educação, saúde, habitação, assistência social, etc. pertencem a outro domínio - o do mercado - mediação necessária à realização do valor e eventualmente da mais valia decorrentes da industrialização dos serviços.

Historicamente os assistentes sociais dedicaram-se à implementação de políticas públicas, localizados na linha de frente das relações entre população e

instituição ou nos termos de Netto (1992) "executores terminais de políticas sociais". Embora este seja ainda o perfil predominante, não é mais exclusivo, sendo abertas outras possibilidades. O processo de descentralização das políticas sociais públicas - com ênfase na sua municipalização - requer dos assistentes sociais - como de outros profissionais - novas funções e competências, sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas, *assim como da planejamento e gestão, inscritos em equipes multidisciplinárias*. Os assistentes sociais ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à participação de conselheiros, à elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos. Tais funções são acompanhadas de novas exigências de qualificação, tais como o domínio de conhecimentos para realizar diagnósticos sócio-econômicos de municípios, para leitura e análise dos organismos públicos identificando recursos disponíveis para projetar ações; o domínio do processo de planejamento; a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais; a capacidade de negociação, o conhecimento e o *know-how* na área de recursos humanos e relações no trabalho, entre outros. Somam-se possibilidades de trabalho nos níveis de assessoria e consultoria para profissionais mais experientes e altamente qualificados em determinadas áreas de especialização. Registram-se ainda requisições no campo da pesquisa, de estudos e planejamento, dentre inúmeras outras funções.

As diretrizes curriculares, hoje em processo de implantação na maioria das unidades de ensino, são fonte de desafios e polémica. Fruto de elaboração coletiva, *tem diversificado e enriquecido a pauta do debate, estimulando a pesquisa crítica e a aprofundamento de questões acadêmico-profissionais herdadas de décadas anteriores*¹⁷. As relações entre questão social, trabalho e Serviço Social são um desses desafios centrais, que permeiam centralmente o projeto acadêmico-profissional.

Desde os anos 80, é suscitado que a questão social - *indissociável das relações sociais capitalistas, nos marcos da expansão monopolista e de seu enfrentamento pelo Estado* - encontra-se na base da profissionalização do Serviço Social. (TAMAMOTO, 1982; NETTO, 1992). Ela tem sido analisada como o elemento fundante do exercício profissional na sociedade, cujas múltiplas expressões são alvo do exercício profissional, o qual interfere no seu *enfrentamento por parte dos sujeitos sociais na perspectiva da viabilização do acesso a direitos sociais e do exercício da cidadania*. Como foi discutido, esse terreno sobre o qual incide o exercício profissional do assistente social - mediado por organizações e políticas públicas e/ou privadas - é tributário das formas de organização, gestão e defesa do trabalho na atualidade, assim como das relações entre o Estado e a

¹⁵ Trabalho concreto é aqui utilizado no sentido de Marx, como trabalho de uma qualidade determinada que produz valores de uso voltados à satisfação de necessidades sociais de uma dada espécie.

¹⁶ Por exemplo, o assistente social tem sido chamado a fazer audiências nos hospitais para as empresas seguradoras de saúde que os realizam, identificando o nível de satisfação hospitalar e procedente, se os atendimentos e serviços registrados foram realmente aos planos de saúde. Essa atividade já não trata de direitos sociais, pois envolve compra e venda de serviços.

¹⁷ Exemplos desse processo os números 1 e 2 da *Revista Temporalis*, da ABRFSS, além do presente.

assistentes sociais enquanto trabalhadores assalariados. As condições e relações de trabalho em que se insere o assistente social não são uniformes, mas diversas e múltiplas, envolvendo a esfera governamental, as empresas privadas, organizações filantrópicas, organizações de trabalhadores e a assessoria a movimentos sociais, com específicos vínculos de trabalho - iniciais alem, das emergentes cooperativas de venda de serviços. Essas diferentes inserções, que envolvem contratos e relações diferenciadas com sujeitos sociais também distintos, estabelecem limites e possibilidades ao trabalho concreto do assistente social, moldando-o, juntamente com o protagonismo do seus agentes, nessas várias circunstâncias e redimensionando as formas em que se apresentam o seu significado social.

Esta realidade é um dos desafios a enfrentar tanto na formação, como no exercício cotidiano. É para pensar o Serviço Social nesse momento histórico o uso criador do método legado por Marx é um recurso analítico fecundo para análise das múltiplas realidades do presente. Exige definir e refinar as categorias analíticas para, a partir de um atento acompanhamento dos processos histórico-sociais, analisar o significado social do trabalho profissional no presente, incorporando e ultrapassando a produção acumulada até então. Apreender as relações entre trabalho, questão social e o Serviço Social na sociedade brasileira, em suas particularidades regionais e locais, é requisito para elaborar e efetivar estratégias que possam contribuir para a *programática neoliberal* em favor das necessidades e interesses da coletividade.

A categoria dos assistentes sociais articulada às forças sociais progressistas vem evidenciando esforços coletivos no reforço da esfera pública, de modo a inscrever os interesses das minorias nas esferas de decisão política. O horizonte é a construção de uma "democracia de base" que amplie a democracia representativa, cultive e respeite a universalidade dos direitos do cidadão, sustentada na socialização da política, da economia e da cultura.

É na dinâmica tensa da vida social que se ancoram a esperança e a possibilidade de defender, efetivar e aprofundar os preceitos democráticos e os direitos de cidadania - preservando inclusive a cidadania social, cada vez mais desqualificada - na construção de uma forma histórica de sociabilidade que se oriente no sentido de ultrapassar a esfera da necessidade para o universo presidido pela liberdade, possibilitando o desenvolvimento de todos e de cada um dos indivíduos sociais.

Já anunciava Guimarães Rosa, "viver é muito perigoso". Vale o perigo de viver quando a contrapartida é a afirmação do protagonismo dos sujeitos sociais, surpreendendo o presente na antecipação do futuro, traçando outros rumos para história, pois, como canta o poeta, "o vento liberta-se ventando" (Múrcio Mendes).

Bibliografia Citada

- ABREU, M. "A questão pedagógica e a hegemonia das classes subalternas - aportes da análise gramsciana". *Serviço Social e Sociedade* n° 51. São Paulo, Cortez, ano XVII, ago. 1996, p. 61-75.
- ADUFRI. Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano V 17 a 23 de setembro de 1999.
- BAPTISTA, P. N. "O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos". *Cadernos da Divida Externa* n°3, São Paulo, Programa Educativo da Divida Externa - PEDEX-2ª ed., 1994.
- BRAVO, M. I. *Serviço Social e Reforma Sanitária. Lutas Sociais e Práticas Profissionais*. São Paulo / Rio de Janeiro, Cortez/UFPRJ, 1996
- CARDOSO, F. G. *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo, Cortez Ed./ EDUFMA, 1995
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998
- FALEIROS, V. P. *Saber Profissional e Poder Institucional*. São Paulo, Cortez, 2ª ed., 1977.
- _____. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1997.
- _____. "Aonde nos levam as diretrizes curriculares?" In: *Temporais 2*. Brasília, ABEPS, jul-dez. de 2000, p. 163-182.
- GRASSI, E. *et alii. Políticas Sociais, Crises y Ajuste Estructural*. Buenos Aires, Espacio Editorial, 1994.
- GUMARÃES, A. P. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.
- IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Cortez/Celats, 1982.
- IANNI, O. "A Questão Social" In: *A Ideia de Brasil Moderno*. São Paulo, Brasiliense, 1992, pp. 87-109.
- LESSA, S. "Serviço Social e trabalho: do que se trata? In: *Temporais 2*. Brasília, ABEPS, jul-dez. de 2000, p. 35-58.
- LECHNER, N. "Los condicionantes de la gobernabilidad democrática en America Latina en fin de siglo". In: FILMUS, D. (Comp.) *Los noventa. Política, sociedad y cultura en América Latina y Argentina de fin de siglo*. Buenos Aires, FLACSO/ EUDEBA, 1999.

- MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo, Cortez, 1989.
- MARX, K. "Teses sobre Feuerbach". In: MARX, K e ENGELS, F. *Textos 1...*. São Paulo, ed. Sociais, 1977.
- _____. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. 1857-1858. 2 vols. Mexico, Siglo XXI, 12ª ed., 1978.
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo, Nova Cultural, III Tomos, V vols.
- _____. *El Capital. Libro I. Capítulo VI. Método*. Argentina, Siglo XXI, 1974.
- MARX, K. *Miseria de la Filosofía*. Argentina, Siglo XXI Ed., 1970.
- MOTA, A. E. *Cultura da Crise e Segurança Social*. São Paulo, Cortez, 1995.
- NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.
- OLIVEIRA, H. C e SALLES, M. A (Orgs.) *Relatório das Sessões Temáticas. IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: Trabalho e projeto ético-político profissional*. CRESS. Goiânia, julho de 1998.
- PEREIRA, P. "A política social no contexto da segurança e do *Welfare State*: a particularidade da assistência social". In: *Serviço Social e Sociedade nº 56*. São Paulo, Cortez, 1998.
- RAMOS, M. H. R e GOMES, M. F. C. "Trabalho produtivo e improdutivo: uma contribuição para pensar a natureza do Serviço Social enquanto prática profissional". In: *Temporis 2*. Brasília, ABERPS, jul-dez. de 2000, p. 59-94.
- SALAMA, P. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo, Boitempo Ed. 1999.
- SILVA, M. O. S. *O Serviço Social e o Popular. Resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo, Cortez, 1995.
- SIMONATTO, I. *Grimsci: sua teoria, incidência no Brasil e influência no Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1997.
- SPOSATI, A. *Vida Urbana e Gestão da Pobreza*. São Paulo, Cortez, 1988.
- STEIN, R. "A (nova) questão social e as estratégias de seu enfrentamento". *Ser Social nº 6*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social UNB. DF, jan. a jun. 2000, p.133-168.
- YASBEK, M. C. *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo, Cortez, 1993.

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL.

Maria Carmelita Yazbek¹

Abordar expressões da questão social brasileira nos anos recentes é enfrentar uma temática bastante ampla e complexa, que supõe opções acerca de aspectos a serem abordados. Assim sendo, este texto privilegia a análise da pobreza e da exclusão social como algumas das resultantes da questão social que permeiam a vida das classes subalternas em nossa sociedade e com as quais nos defrontamos cotidianamente em nossa prática profissional. Envolve, também, uma reflexão sobre o precário sistema de proteção social público no país no contexto da crise mais global com que se defrontam as políticas públicas, particularmente as políticas sociais, na sociedade contemporânea. Crise que por sua vez se explica nos marcos mais globais de redefinições do capitalismo e que traz graves consequências para os trabalhadores, pois trata-se de um processo de "mudança social regressiva" (Oliveira, 1999) que se expressa de diferentes formas, abrangentes e assimétricas, que não analisaremos aqui, e que trazem graves consequências para o tecido social em geral e particularmente para as relações de trabalho. Efetivamente, a lógica contemporânea de reprodução do capital, subordinada a um mercado sem limites e sem fronteiras sociais, vem produzindo "o caminho da irresponsabilidade global" e construindo uma trama social na qual "rompem-se as regulações que bem ou mal, ordenavam a desigualdade" constitutiva do capitalismo. (Paoli, 1999).

Obviamente, parto do debate acumulado no âmbito do Serviço Social que situa a questão social como elemento central na relação entre profissão e realidade. Ao colocar a questão social como referência para a ação profissional, estou colocando a questão da divisão da sociedade em classes, cuja apropriação da riqueza socialmente gerada é extremamente diferenciada. Estou colocando em questão, portanto, a luta pela apropriação da riqueza social. Questão que se reformula e se redefine, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural, que não se resolve numa formação econômico social por natureza excludente. Questão que, na contradição conjuntural atual, com seus impactos devastadores sobre o trabalho, assume novas configurações e expressões entre as quais destacamos: 1 - as transformações das relações de trabalho; 2 - a perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais

¹ Doutora em Serviço Social, Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC/SP, Representante de Área do Serviço Social na Capes.

vulnerabilizados da sociedade que vêem seus apoios, suas conquistas e direitos ameaçados.

É neste âmbito que situo a condição de pobreza, exclusão e subalternidade em que se encontra grande parte dos brasileiros, em um sistema de grande desigualdade que vem aumentando continuamente, sobretudo a partir dos anos 90. O Brasil é um campeão de concentração de renda e riqueza. O salário mínimo é dos mais baixos do mundo Segundo dados do IBGE - Indicadores Sociais 1999 - um rico ganha o mesmo que 50 pobres; 1% da população brasileira detém 13,8% da renda total do país e os 50% mais pobres ficam com 13,5%. Conforme o IPEA 60 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza (80 reais por mês) e dentre estes 24 milhões vivem abaixo da linha de indigência, isto é, com 40,00 reais por mês. É importante assinalar que, para além desses indicadores relacionados à renda e ao usufruto de bens, serviços e da riqueza socialmente produzida, a pobreza é fenômeno multidimensional, é categoria política que implica carecimentos no plano espiritual, no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças (Martins, 1991) Por outro lado, a abordagem conceitual da exclusão, configura-a como uma forma de pertencimento, de inserção na vida social. Trata-se de uma inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente constituída. É uma exclusão integrativa como assinala Martins. Para ele estamos diante de um processo que se atualiza e alcança grupos crescentes "nos países pobres, nas regiões pobres dos países ricos, mas também nos espaços ricos dos países pobres" (lembra aqui os negros, os velhos, as mulheres, as diferentes etnias etc).

Finalmente a subalternidade diz respeito à ausência de protagonismo, de poder, expressando a dominação e a exploração. A subalternidade, assim como a exclusão, se expressa em amplo e diverso conjunto de perspectivas, características, ações e interesses, pluralidade que configura um amplo leque de desigualdades, injustiças e opressões.

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência etc), expressando as relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social, sinais de "qualidades negativas" e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes

subalternas e de seus interlocutores na vida social. É Satriani (1986:96) que nos recorda que o mundo dos dominados e o mundo dos dominadores não se encontram monofiticamente contrapostos, mas têm pontos de contato, exatamente aqueles onde o domínio se exerce. Do ponto de vista cultural, são realidades que se interpenetram sem linhas rígidas de demarcação, mas de qualquer modo, é possível observar nelas que as ações e representações das classes subalternas correspondem a uma realidade caracterizada pelo lugar que ocupam na trama de relações sociais.

É bom lembrar ainda, que a pobreza é uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista. Expansão que cria uma população sobrante, gente que se tornou não empregável, parcelas crescentes de trabalhadores que não encontram um lugar reconhecido na sociedade, que transitam à margem do trabalho e das formas de troca socialmente reconhecidas (Telles 1998). Expansão que cria o necessitado, o desemparrado e a tensão permanente da instabilidade no trabalho. Implica a disseminação do desemprego de longa duração, do trabalho precário, instável e intermitente, dos biscoitos e de outras modalidades de relacionamento da força de trabalho com o capital, que em sua essência representam uma mesma ordenação da vida social.

A proporção de trabalhadores brasileiros que está fora do mercado formal de trabalho e, portanto, sem garantias de proteção social cresce continuamente e hoje ultrapassa mais da metade da população economicamente ativa (dobrou na última década). Isto em um contexto de subalternização do trabalho à ordem do mercado e de desmontagem de direitos sociais e trabalhistas.

A violência da pobreza é parte de nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e superfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade. Sinais que expressam também, o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza e banalizá-la e, sobretudo a profunda incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia à nova ordem capitalista internacional e os investimentos sociais do Estado brasileiro. Incompatibilidade legitimada pelo discurso, pela política e pela sociedade engendrados no pensamento neoliberal que, reconhecendo o dever moral de prestar socorro aos pobres e "inadaptados" a vida social não reconhece seus direitos sociais. "Não por acaso, onde antes o discurso da cidadania e dos direitos tinha algum lugar ou pertinência no cenário público, é hoje ocupado pelo discurso humanitário da filantropia" (Telles, 1998:19).

Os liberais entendem necessária a filantropia revisitada, a ação humanitária, o dever moral de assistir aos pobres, desde que este não se transforme em direito ou em políticas públicas dirigidas à justiça e à igualdade. É importante lembrar que o renascimento de ideais liberais vai se confrontar com práticas igualitárias, referendar as práticas diferenciadoras do mercado, transformando direitos em ajuda, em favor. Nesta lógica, além da redução de recursos para a área social, resultante dos ajustes estruturais, estamos de volta aos programas mais residuais, sem referência a direitos. As seqüelas da "questão social" expressas na pobreza, na exclusão e na subalternidade de grande parte dos brasileiros, tornam-se alvo de ações solidárias e da filantropia revisitada.

A articulação trabalho, direitos e proteção social que configurou os padrões de regulação sócio-estatal do Welfare State, cuja institucionalidade sequer alcançamos, está em crise. São mudanças que se explicam nos marcos de reestruturação do processo de acumulação do capital globalizado e que vem sendo implementadas por meio de uma reversão política conservadora, assentada no ideário neoliberal que erodiu as bases dos sistemas de proteção social e redirecionou as intervenções do Estado no âmbito da produção e distribuição da riqueza social. Faz parte deste quadro a crônica crise das políticas sociais, seu reordenamento e sua subordinação às políticas de estabilização da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora.

Entendo que está em construção uma forma despolitizada de abordagem da questão social, da pobreza e da exclusão social fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos efetivos e diferentes interesses em jogo.

"A força e o alcance das políticas de destruição democrática feitas em nome da própria democracia, com sua eficácia em encolher o mundo público feita em nome da liberdade, com a redução da cidadania aos bem sucedidos no empreendimento privado mercantil, com o desprezo público pelas instituições universais de representação e negociação coletivas dos interesses profêrito em nome da modernidade, com o constante solapar dos direitos sociais e trabalhistas feito em nome da justiça" (Paoli, 1999:10), despolitiza o reconhecimento da questão social brasileira, como expressão de relações de classe e neste sentido desqualifica-a como questão pública, questão política, questão nacional, numa sociedade privatizada que desloca a pobreza para o "lugar da não política, onde é figurada como um dado a ser administrado tecnicamente ou gerido pelas práticas da filantropia" (Telles, 1998:15).

É essa despolitização que ao lado da destituição do caráter público dos direitos dos pobres e excluídos em nossa sociedade está na base do atual sucateamento dos serviços públicos, da desqualificação de políticas sociais, da destituição de direitos trabalhistas e sociais e da privatização e refilantropização na abordagem da questão social. Essa refilantropização é

construída a partir de referências não políticas, mas de "iniciativas morais de ajuda ao necessitado", que não produzem direitos, não são judicialmente reclamáveis" (Raichelis, 1997: 7) e convive com "a indiferença diante de um mundo privatizado e ainda mais desigual que antes".

Alteram-se e despolitizam-se na sociedade os padrões de proteção social. No labirinto de problemas do país, a questão do reconhecimento de direitos sociais enfrenta recuos constitucionais. Crescem os "abismos entre o país real e o país legal". Enfrenta-se "o encolhimento da possibilidade de enunciação, no plano simbólico e político, dos direitos de cidadania em espaços públicos que possam ser regidos pelo debate, pelo conflito e pela negociação" (Paoli e Oliveira, 2000).

Assim, o "modelo" é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais. Cresce o Terceiro Setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas: para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. Esta defesa, como já afirmamos, é legitimada pelo renascimento de ideais liberais que referendam a desigualdade. Assim, as propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto à questão social, são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade.

O Estado brasileiro, hoje, é um Estado que anuncia em seu Plano Diretor que não assumirá tarefas que a sociedade possa assumir. É um Estado no qual as questões relativas à pobreza e à exclusão social são alvo de uma ação estatal irregular e tímida, apenas suficiente (ou nem isso?) para minimizar as consequências negativas dos programas de ajuste estrutural.

Nossa hipótese é que, frente a esta conjuntura de crise e mudanças, as Políticas Públicas na área social deverão acentuar seus traços de improvisação e inoperância, seu funcionamento ambíguo e sua inoperância na universalização dos acessos a serviços sociais delas derivados. Permanecerão políticas ad hoc, casuísticas, fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes obscuras e deterioradas. Corremos o risco de uma grave regressão de direitos sociais. Embora seja bom lembrar que o reconhecimento de direitos, mesmo garantidos constitucionalmente, não vem se constituindo atributo efetivo das políticas sociais no país. No vasto campo de atendimento das necessidades sociais das classes subalternas administram-se favores. Décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dessas classes em nossa sociedade.

Limites de ordem estrutural como a falta de emprego e a má

distribuição de renda, ao lado do padrão de intervenção caracterizado pela redução de investimentos e pela baixa efetividade agravam este quadro.

Assim sendo, o Incipiente sistema de proteção social brasileiro, e particularmente a seguridade Social que afiança direitos a partir da Constituição de 1988, vai sendo duramente afetado pelo corte de gastos sociais. Cada vez mais vinculado ao desempenho geral da economia, sofre os impactos das mudanças em andamento nessa esfera. A contenção de gastos na área social pela necessidade de pagamento dos empréstimos internacionais e rolagem da dívida pública, que cresceu de 1995 a 1998 cerca de 86,4% (43% do PIB), tem-se revelado vital para a política econômica, resultante dos acordos com o FMI.

A retração orçamentária dos financiamentos referentes ao conjunto das despesas sociais do governo brasileiro entre 95 e 98 foi de 15%. Nos gastos efetivamente executados, a redução foi maior: em torno de 31% (Paiva, 2000). Em síntese, tudo indica que, no caso brasileiro, as políticas sociais que historicamente tem-se caracterizado pela subordinação à matriz conservadora, oligárquica e patrimonialista que emoldura a história econômica e social do país tenderão neste quadro de regressão de direitos a acentuar seu perfil assistencialista e clientelista, no perverso processo de transformar em favor o que é direito. Processo marcado pela exigência de contrapartidas e pela busca da lealdade dos subalternos.

Efetivamente, esta regressão neoliberal ao impor-se como lógica do capitalismo atual, consolida a dissociação entre mercado e direitos, aprofunda a cisão entre o econômico e o social, separa a acumulação da produção, instaura desregulações públicas, reitera a desigualdade e a diversificação, busca eliminar a referência ao universal e constrói, como já afirmamos tantas vezes, uma forma despolitizada de abordagem da questão social, fora do mundo público.

Colocando a questão em termos mais concretos e próximos da cotidianidade da vida social, na qual o assistente social trava o embate a que se propõe: o de construir um projeto ético/político na direção de outra socialidade que não a capitalista, tenho mais perguntas que respostas. Embora tenha uma certeza: de que é possível refundar a política como espaço de criação e generalização de direitos.

Como construir este projeto no tempo miúdo da ação profissional, trabalhando com o "homem comum, fragmentado, divorciado de si mesmo e de sua obra, mas obstinado no seu propósito de mudar a vida, de fazer história, ainda que pelos tortuosos caminhos de sua alienação e de seus desencontros..." (Martins, 2000:12) Não podemos esquecer que esse homem convive com o caminho da desesperança, viu os últimos redutos de sua dignidade, na busca de vencer as dificuldades, ser invadido pela bebida, pela doença mental, pela violência, pela fome.

- Dificil é a passagem de nossa compreensão teórico-metodológica,

totalizante e ontológica da vida social, das relações sociais, da questão social, para a compreensão, desse homem com que nos deparamos na vida de toda dia nas mais diversas situações. Sabemos que as sequelas da questão social permeiam a vida das classes subalternas destituídas de poder, trabalho e informação. Sabemos também que em nossa prática cotidiana a relação com o real é uma relação com a singularidade expressa nas diferentes situações com que trabalhamos. E, aí se colocam nossos limites e nossas possibilidades. Limites de várias ordens, mas, sobretudo limites de ordem estrutural.

Como, convivendo com o poder do capital sobre o trabalho, com as mais diversas manifestações da questão social, trabalhando nos limites da realidade, com suas complexas indagações e opressões, compreender, recusar e intervir? A que parâmetros recorrer? Como construir mediações e como desvendar as mediações do real? Como capturar esse homem comum que se apresenta diante de nós com fome, analfabeto, sem trabalho ou na informalidade, alvo de violências, criança, adolescente, doente mental, portador de deficiências, mulher, velho, desemparrado, consumidor de drogas, homem pobre de liberdade, de possibilidades, de oportunidades e de esperanças. Homem desqualificado por clichês (muitos criados por nós): "excluído", "marginal", "inadaptado", "problematizado", portador de "altos riscos", alvo de pedagogias de reerguimento e promoção (Verdes-Leroux, 1986)

Como apoiar seu processo emancipatório, criar condições para seu protagonismo, compreender a dialética de "um fazer história à margem da realidade dominante e das idéias dominantes?"

Para finalizar (e como nota de esperança nesse "caos") gostaria de assinalar que entendo que a reprodução ampliada da questão social é reprodução ampliada das contradições sociais, que não há rupturas no cotidiano sem resistência, sem enfrentamentos e que se a intervenção profissional do assistente social circunscreve um terreno de disputa, é aí que está o desafio de sair de nossa lentidão, de construir, reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania.

- MARTINS, José de Souza Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989
- _____. O massacre dos Inocentes. A criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991
- _____. A Sociabilidade do Homem Simples. São Paulo: Hucitec, 2000
- MELLO, Sylvia Leser. Trabalho e Sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo. São Paulo: Ática, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco e Paoli, Maria Célia. Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999
- SPOSATI, Aldaiza. Vida Urbana e Gestão da Pobreza. São Paulo: Cortez, 1998
- TELLES, Vera Silva. No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos Programas de Renda Mínima no Brasil. São Paulo: Polis, 1998
- WANDERLEY et alii. Desigualdade e Questão Social. São Paulo: EDUC, 2000
- YAZBEK, M. Carmelita. Classes Subalternas e Assistência Social. São Paulo: Cortez, 1998.

Na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro, a "questão social" é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual.

E o é por razões mais que sólidas: de uma parte, está a pressão que sobre a prática profissional dos assistentes sociais exerce o fato de que, corridas quase duas décadas da derrota da ditadura, a chamada *ditória social*, longe de ser resgatada com a restauração democrática, foi *acrescida*¹; de outra, porque a continuidade do processo de renovação profissional exigiu uma atualização da formação acadêmica que, muito corretamente, está ancorando o projeto formativo na intervenção sobre a "questão social"². Entretanto, rebate ainda nesta saliência da "questão social" o renovado interesse que ela tem despertado sobre investigadores europeus - nomeadamente franceses - cuja obra influiu na elaboração de pesquisadores e docentes brasileiros da área do Serviço Social.

Assim, a atualidade da "questão social" se põe tanto para os assistentes sociais: de campo quanto para aqueles que se ocupam, especialmente na academia, com a formação das novas gerações profissionais e com a investigação da realidade social.

Mas é fato que a expressão "questão social" não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas. Qualquer esforço de precisão, neste domínio, deve ser saudado - muito particularmente porque favorece o esclarecimento das referências maiores a partir das quais ela é utilizada. Por isto, considero extremamente oportuno que os organizadores do VII ENPESS tenham reservado um espaço para tematizar especificamente a "questão social".

E, agradecendo o convite para participar deste evento, quero desde já assinalar o caráter extremamente modesto da minha intervenção, que busca,

¹ Transcreve-se aqui o esquema que o autor desenvolveu na sua intervenção no marco do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), promovido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa e Serviço Social (ABEPSS), realizado entre 21 e 24 de novembro de 2000, na Universidade de Brasília (UnB).

² Professor titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ E para este arcabouço não foi pequena a contribuição oferecida pela orientação macroeconômica que os dois governos FHC implementaram, com o respaldo das organizações representativas do capital financeiro internacional e para glúrio das suas sociedades: além naturalmente, da *degradação* da legislação trabalhista e da ineficiência acadêmica. O presente que esta orientação tem significado para a massa da população brasileira não pode ser ignorado aqui - mas alguns dos seus indicadores estão recolhidos no volume organizado por I. Lealirapin, O desmoronamento da região. Balanço do governo FHC (Petrópolis, Vozes, 1999).

⁴ O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressão pelas condições do desenvolvimento do capitalismo monopolista ("Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social", ABEPSS/CEBEPSS, Cadernos ABEPSS, Paulo, Cortez, n.º 7, 1997, p. 60).

apenas e não somente, oferecer algumas determinações teóricas e históricas para circunscrever o que entendo como "questão social", no marco da tradição teórico-política em que ainda me situo, contra ventos e marés - a tradição marxista.

1.

Todas as indicações disponíveis sugerem que a expressão "questão social" tem história recente: seu emprego data de cerca de cento e setenta anos. Parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por críticos da sociedade e filantropos situados nos mais variados espaços do espectro político³.

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação⁴.

Para os mais lúcidos observadores da época, independentemente da sua posição ideó-política, tornou-se claro que se tratava de um fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida⁵. Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antígua a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava⁶.

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia *via razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de

³ Desde um legitimista francês como Armand de Melun a um jovem revolucionário alemão como F. Engels (cf. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, S. Paulo, Global, 1986). Curiosamente, a expressão "questão social" emerge praticamente ao mesmo tempo em que surge, no vocabulário político, a palavra socialismo.

⁴ O termo de Engels, referido na nota anterior, é apenas um exemplo de uma larga bibliografia, na qual concorrem autores de posições ideó-políticas as mais diversas (com destaque para Villermé, Duprélaux, Burlet). Até mesmo um conservador como Tocqueville ocupou-se do problema, na sua *Mémoire sur le paupérisme*, apresentada à Academia de Ciências em 1835.

⁵ No seu ensaio *As metamorfoses da questão social. Uma crítica do saldo* (Pithoulet, Vozes, 1998, p. 284), Robert Castel assinala que autores como E. Burlet e A. de Villeneuve-Bargemont tinham consciência da novidade do pauperismo em questão, cabendo mesmo a esta caracterização como uma nova pobreza.

⁶ Dados quantitativos do quadro do pauperismo europeu estão disponíveis tanto em obras estritamente históricas (cf., por exemplo, E. J. Hobsbawm, *A era das revoluções, 1789-1848*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986), ou, especificamente para a Inglaterra, E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, [1971], 1979) quanto em textos de natureza sociológica (cf. o citado trabalho de R. Castel). Releva notar que, no século XX, muito antes do interesse acadêmico "descobrir" os escladidos, foi um marxista norte-americano quem dedicou especial atenção ao pauperismo (cf. a obra, originalmente publicada em 1936, de Leo Hilderman, *História da riqueza do homem*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1986).

vida de que dispunham anteriormente. Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX - o pauperismo - aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão.

A designação desse pauperismo pela expressão "questão social" relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a história subsequente haveria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das trade unions⁷, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como "questão social".

2.

A partir da segunda metade do século XIX, a expressão "questão social" deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais de diferenciados lugares do espectro ideó-político - ela desliza, lenta mas nitidamente, para o vocabulário próprio do pensamento conservador.

O divisor de águas, também aqui, é a Revolução de 1848. De um lado, os eventos de 1848, cerrando o ciclo progressista da ação de classe da burguesia, impedem, a partir de então, aos intelectuais a ela vinculados (enquanto seus representantes ideológicos) a compreensão dos nexos entre economia e sociedade - donde a interdição da compreensão da relação entre desenvolvimento capitalista e pauperização. Posta em primeiro lugar, com o caráter de urgência, a manutenção e a defesa da ordem burguesa, a "questão social" perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional (que, aliás, tardou até mesmo a reconhecê-la como pertinente).

Entre os pensadores laicos, as manifestações imediatas da "questão social" (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo

⁷ Uma síntese bastante didática da história do movimento operário encontra-se em W. Abendroth, *A história social do movimento trabalhista europeu* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977).

social", na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc. Sem falar de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra as suas manifestações sócio-políticas e humanas (precisamente o que se designa por "questão social") está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos.

A análise marxiana fundada no caráter explorador do regime do capital permite, muito especialmente, situar com radicalidade histórica a "questão social", isto é, distingui-la das expressões sociais derivadas da escassez nas sociedades que precederam a ordem burguesa. A exploração não é um traço distintivo do regime do capital (sabe-se, de fato, que formas sociais assentadas na exploração precedem largamente a ordem burguesa), o que é distintivo desse regime é que a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social. Ou seja: a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica - bem ao contrário! - redução da produção de riquezas.

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). A "questão social", nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital.

Da análise teórica marxiana, porém, não se pode derivar o imobilismo sócio-político consistente na espera de um dia D, ou uma hora H, revolucionariamente catastrófica, em que o regime do capital seja reduzido a escombros - e, com ele, desapareça a exploração. Da análise marxiana o que legitimamente fica interdito é, tão somente, qualquer ilusão acerca do alcance das reformas no interior do capitalismo.

4.

Na seqüência da Segunda Guerra Mundial, e no processo de reconstrução econômica e social que então teve curso, especialmente na Europa Ocidental, o capitalismo experimentou o que alguns economistas franceses denominaram de

46

"as três décadas gloriosas" - da reconstrução à transição dos anos sessenta aos setenta, mesmo sem erradicar as suas crises periódicas, o regime do capital viveu uma larga conjuntura de crescimento econômico. Não por acaso, a primeira metade dos anos sessenta assistiu à caracterização da sociedade capitalista - evidentemente desconsiderando o inferno da sua periferia, o então chamado Terceiro Mundo - como sociedade afluente, sociedade de consumo.

A construção do *Welfare State* na Europa nórdica e nalguns países da Europa Ocidental, bem como o dinamismo da economia norte-americana (desde a Segunda Guerra, o carro-chefe do capitalismo mundial), pareciam remeter para o passado a "questão social" e suas manifestações - elas eram um quase privilégio da periferia capitalista, às voltas com os seus problemas de "subdesenvolvimento". Apenas os marxistas insistiam em assinalar que as melhorias no conjunto das condições de vida das massas trabalhadoras não alteravam a essência exploradora do capitalismo, continuando a revelar-se através de intensos processos de pauperização relativa - apenas os marxistas e uns poucos críticos sociais, como Michael Harrington, que tinha a coragem de investigar "a pobreza, o outro lado da América".

Na entrada dos anos setenta, esgotou-se a onda longa expansiva da dinâmica capitalista¹⁵. A redução das taxas de lucro, condicionadas também pelo ascenso do movimento operário - que alcançara significativas vitórias naquele e nos anos imediatamente anteriores¹⁶ - o capital respondeu com uma ofensiva política (de início, basicamente repressiva - recorde-se o trato que ao movimento sindical brindaram a Sra. Thatcher e R. Reagan - depois fundamentalmente de natureza ideológica) e econômica. O que se seguiu é conhecido (trata-se do que Ruy Braga denominou de a restauração do capital) e não precisa ser retomado aqui¹⁷: a conjunção "globalização" mais "neoliberalismo" veio para demonstrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum "compromisso social" - o seu esforço para romper com qualquer regulamentação política, extra-mercado, tem sido coroado de êxito. Errodiu-se o fundamento do Welfare State em vários países e a resultante macrocópica social saltou à vista: o capitalismo "globalizado", "transnacional" e "pós-fordista" desvestiu a pele do cordeiro - e a intelectualidade acadêmica, a mesma que em boa parcela considera Marx o criador de um "paradigma em crise", descobriu a

¹⁵ Cf. E. Mandel, *O capitalismo tardio* (S. Paulo, Abri Cultural, 1982).

¹⁶ Cf. o ensaio de Vicente Navarro in Asa Cristina Lauruel, org., *Estado e políticas sociais no neoliberalismo* (S. Paulo, Cortez/CEDEC, 1995).

¹⁷ Para as questões subsequentes, cf. especialmente J. Paulo Netto, *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal* (S. Paulo, Cortez, 1993); David Harvey, *Condição pós-moderna* (S. Paulo, Loyola, 1996); Michael Hesson, *Miseria - O capital* (Lisboa, Terramar, 1999); O. Coggiola, org., *Globalização e socialismo* (S. Paulo, Xana, 1997); F. Cheset, *A mundialização do capital* (S. Paulo, Xana, 1996); S. de Brunhoff, *A hora do mercado* (S. Paulo, UNESP, 1991); E. Sader e P. Genútil, orgs., *O pós-neoliberalismo* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995 e Francisco J. Teixeira e Manfredo A. Oliveira, orgs., *Neoliberalismo e reestruturação produtiva* (S. Paulo, Cortez/UECE, 1998).

"nova pobreza", os "excluídos" etc. – em suma, descobriu a "nova questão social"¹⁸

Essa caricatural descoberta, nas condições contemporâneas, condições que tornam cada vez mais problemáticas as possibilidades de reformas no interior do regime do capital, mostra-se, a despeito de sua eventual credibilidade acadêmica, com uma anemia teórico-analítica que somente é comparável à anemia das práticas sócio-políticas que propõe como alternativas. Do ponto de vista teórico, não apresenta uma só determinação que resista ao exame rigoroso na esteira da crítica da economia política marxiana; do ponto de vista sócio-político, retrocede ao nível das utopias conservadoras do século XIX, proponentes de novos contratos sociais que restabeleçam vínculos de solidariedade no marco de comunidades ilustrias – uma solidariedade naturalmente transclassista e comunidades pensadas com inteira abstração dos (novos) dispositivos de exploração.

5.

A tese aqui sustentada – e, evidentemente, oferecida como hipótese de trabalho – é a de que inexiste qualquer "nova questão social". O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações "tradicionais" da "questão social", a emergência de novas expressões da "questão social" que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração.

Esta determinação, se não pode desconsiderar a forma contemporânea da "lei geral da acumulação capitalista", precisa levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza. Sistemas nos quais, mesmo dado o caráter universal e mundializado daquela "lei geral", objetivam-se particularidades culturais, geo-políticas e nacionais que, igualmente, requerem determinação concreta. Se a "lei geral" opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza. Isto significa que o desafio teórico acima salientado envolve, ainda, a pesquisa das diferenças

histórico-culturais (que entrelaçam elementos de relações de classe, geracionais, de gênero e de etnia constituídos em formações sociais específicas) que se cruzam e tensionam na efetividade social. Em poucas palavras: a caracterização da "questão social", em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais¹⁹.

Então, duas observações que considero importantes para o debate das breves indicações que me atrevi a formular aqui.

A primeira diz respeito à perspectiva histórico-concreta de construir uma ordem social que vá além dos limites do comando do capital. Como Marx e Engels deixaram muito explícito no Manifesto do partido comunista, não há nenhuma garantia abstrata de que o comunismo – porque é de comunismo que se trata, não tenhamos medo das palavras: trata-se aqui daquela organização social em que, suprimida a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, assegure-se que o livre desenvolvimento da personalidade de cada um seja a condição do livre desenvolvimento da personalidade de todos – venha a substituir a ordem do capital. Mas tudo o que conhecemos acerca da sociedade dos homens nos garante a inviabilidade da penitência da ordem do capital. A história é uma matrona cheia de ardis, não nos enganemos: o que parece sólido se desmancha no ar. Não há garantias prévias da derrota da barbárie – e, por isto mesmo, o futuro permanece aberto.

A possível derrota do capital, em condições tais em que se suprima a escassez, determinará a superação da "questão social". Isto não significa, absolutamente, a realização da Idade de Ouro: os homens e mulheres continuarão a enfrentar problemas, a indagar por que vivem e por que morrem, empenhados em encontrar sentido para as suas vidas limitadas – alguns, ou muitos, se encontrarão vulnerabilizados, formas de cooperação e apoio mútua serão requisitadas e desenvolvidas.

A segunda indicação refere-se ao Serviço Social: sua razão d'être tem sido a "questão social" – sem ela, não há sentido para esta profissão. Mas até a sua resolução na supressão da ordem do capital, ainda está aberto um longo caminho para a profissão. O objetivo histórico da sua superação passa, ainda e necessariamente, pelo desenvolvimento das suas potencialidades. Ainda está longe o futuro em que esta profissão vai se esgotar, pelo próprio exaurimento do seu objeto.

¹⁸ A completa inépcia da noção de "exclusão social" foi assinalada por R. Castel, na obra referida na nota 5 (e a solução do próprio Castel não é satisfatória). A "nova questão social" é mérito do Sr. Pierre Rosanvallon, não por acaso divulgado no Brasil também pelo Partido da Social Democracia Brasileira...

¹⁹ Entre nós, já existe uma tradição que encaminha a investigação neste rumo. Lembremo-nos de algumas obras de Florestan Fernandes e o esforço de "pensar o Brasil" conduzido por Octávio Ianni. Mais recentemente, uma tentativa de avançar nesta direção foi realizada por Luiz Eduardo W. Wanderley (cf. o seu ensaio contido in Vv. Aa., Desigualdade e a questão social, S. Paulo, EDUC, 2000).

1 - Introdução: ponto de partida da reflexão

Muito tem se falado de uma "nova questão social" e da necessidade de enfrentá-la no marco das transformações econômicas e políticas contemporâneas. No entanto, devo confessar que, apesar de estar consciente de que estamos diante de colossais desafios sociais - que se apresentam como inéditos e desconhecidos - não tenho clareza da existência real de uma "nova questão social".

Este é o ponto de partida da minha reflexão que, para avançar, precisa, desde logo, ser explicitado.

Quero dizer que não tenho certeza da existência atual do fenômeno que este conceito composto quer representar, seja com o adjetivo "nova", seja com o substantivo "questão".

Portanto, o meu ceticismo em relação ao conceito, vai um pouco além do daqueles que questionam apenas a pertinência do adjetivo. Eu questiono também a justiça do termo "questão" para designar problemas e necessidades atuais, que, apesar de dramáticos e globais, e de produzirem efeitos nefastos sobre a humanidade, se impõem sem problematizações de peso e, portanto, sem enfrentamentos à altura por parte de forças sociais estratégicas.

2 - A questão da "questão social"

Se partirmos do princípio de que o conceito *questão social* sempre expressou a relação dialética entre *estrutura* e *ação*, na qual *sujeitos estrategicamente situados* assumiram papéis políticos fundamentais na transformação de *necessidades sociais* em *questões* - com vista a incorporá-las na agenda pública e nas arenas decisórias - pergunta-se: de que *questão* estamos hoje falando, se os riscos e necessidades contemporâneos ainda carecem de efetiva problematização? Será que não estaríamos diante de uma *questão latente* que, apesar de inscrita na *contradição fundamental* do sistema capitalista - a *contradição entre capital e trabalho* -, ainda não foi explicitada, dada a posição profundamente desigual dos setores progressistas na atual correlação de forças? Tudo indica que sim.

Tanto que há concordância quase que geral de que os desafios atuais ocorrem e produzem efeitos devastadores num contexto de fraca articulação de

¹ Doutora em Sociologia com pós-doutorado em Política Social na Univ. de Manchester/UK. Professora visitante na UERJ.

atores políticos estratégicos, que, em encontram-se, ainda, sem condições engendradas por nova superestrutura (política, jurídica, etc). Como diz Adam Schaff (1996:295), as sociais que presumivelmente poderiam atualmente em crise". Sendo assim, "não-forças" sociais - para usar a expressão no meu ponto de vista, elas continuam que, ao mesmo tempo em que as em Não existe, pois, a meu ver, a partição das relações aqui indicadas, mas a configuração, subordinada às necessidades da população do planeta, impedindo sociedades divididas em classe.

Portanto, por falta de forças para fazer incorporar na agenda pública a seu decisivo enfrentamento, propriamente uma "questão social" complicada "questão social" latente, *principal desajuste das forças sociais progressivas* "como cavaleiros do apocalipse", no desenvolvimento contra a humanidade, se poderes públicos e as organizações internacionais ou ao menos a se esforçarem para

É o caso do desemprego estrutural, tendido fantasma da atualidade - cuja *incivilização* (Schaff, 1996; Blanco, *apud* mudança que rompe com uma civilização iluminista - como igualdade, liberdade, sociais e trabalhistas - e ingressa em outros rechaçados e "o desemprego deixa de ser conjuntural, porque a forma contemporânea incorporação de toda a sociedade no momento (1999: 29). Em consequência, tem-se o esvaziamento do poder de pressão e de contra-ataque, desmantelamento dos direitos sociais e o No rastro dessa mudança, tem-se, ainda de proteção social, que tinha como *plataforma universais e a extensão dos direitos sociais* ironicamente, pela *plena ocupação* co-

estrutura e sujeitos, traduzida pelo confronto entre *necessidades* (engendradas pela contradição fundamental do sistema capitalista) e *atores sociais* (estrategicamente situadas e com poder de pressão para desnudar e desconjugar publicamente as forças subterâneas que os oprimem). Para tanto, há que existir uma superestrutura minimamente favorável que imprime tanto da presença de um Estado com capacidade de regular e garantir direitos, quanto da existência de regras democráticas susceptíveis à luta política. Mas, é justamente isso que está sendo desmantelado.

Esta é a razão pela qual não considero os problemas atuais como explicitos aspectos, rasgos ou traços da *questão social* capitalista. Isto é, da *questão social* constituída na Europa, no século XIX, no marco da revolução industrial, porque essa questão foi assim denominada por expressar contundente *embate político*. Considero, sim, que os problemas atuais - tal como aconteceu com a alienação do trabalho e a pauperização do proletariado que, no século XIX, esteve na base da *questão social* - são produtos da mesma contradição que gerou essa *questão*, mas que, contemporaneamente, ainda não foram suficientemente politizados. Onde se conclui que a *questão social* não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção - que geram desigualdades, pobreza, desemprego e necessidades sociais - mas, de embate político, determinado por essas contradições.

3 - A questão da "nova" questão social

Quanto ao *adjetivo* "nova", faço coro com aqueles que discordam dessa qualificação, pelo fato de ela basicamente referir-se às manifestações contemporâneas de problemas que são engendrados pelas contradições fundamentais já referidas e de propugnar métodos de gestão social cuja principal novidade é a de serem diferentes dos adotados pelo *Welfare State* keynesiano.

Efetivamente, não se pode negar que estamos diante de uma nova conjuntura. Os fatores e as condições que contribuíram, em meados do século XX, para transformar o Estado-nação moderno em grande agente regulador e mediador das relações entre capital e trabalho e no *garante* de direitos de cidadania, especialmente os sociais, estão se esgotando. Riscos desconhecidos e críticos para a humanidade emergiram e se expandem em escala mundial. Com a globalização e a reestruturação da economia, e com a desnacionalização do capital, o próprio Estado-nação vir-se afetado na sua soberania e na sua capacidade decisória interna. A unidade de classe, que tanto contribuiu para o sucesso dos movimentos organizados em sua luta pela extensão da cidadania e pela melhoria das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, encontra-se, agora, abalada e minada por uma pluralidade de interesses. A influência cultural do

pensamento de esquerda, que fortalecia o ideário da liberdade com justiça social, está debilitada (Ginner & Sarasa, 1997:11, 13). Tudo isso, compõe um quadro que, do ponto de vista conjuntural, é novo, porque a história não se repete. Mas, estruturalmente, esse quadro é determinado pelo secular confronto entre *forças produtivas* e *relações de produção* que, por sua vez, responde pelo velho fenômeno da desigualdade social, hoje mais acirrada. Este é, recorrendo a Marx, o segredo íntimo, o fundamento oculto de todo o edifício social, e que está na base da questão social (velha, nova, efetiva ou potencial).

Sabemos que, no âmbito da estrutura econômica o fator determinante das mudanças são as *forças produtivas*, identificadas com o desenvolvimento da maquinaria, com a descoberta das novas tecnologias, com o aperfeiçoamento da educação e com as modificações fundamentais no processo de trabalho. São essas inovações que vão criar contradições na ordem econômica prevalente, forçando mudanças nas relações de produção (econômicas, políticas e sociais), e gerando desafios ou problemas que vão requerer a substituição de paradigmas e alterações significativas na relação entre capital/trabalho e Estado/sociedade. Esse processo aconteceu em outros momentos da história e está acontecendo hoje. Só que hoje, sob os efeitos da pressão de novas, avançadas e refinadas forças produtivas, ele está ocorrendo de forma tão intensa e acelerada que identifica-se com uma verdadeira *revolução tecnológica*, chamada por uns de *terceira revolução*, a qual dá origem a uma outra era - a *informacional* - em substituição à era industrial. É por isso que muitos denominam a atual época de *pós-industrial*.

Em vista disso, ninguém, hoje em dia, pode desconhecer a magnitude do avanço das forças produtivas e de seus impactos transformadores. A máquina-ferramenta que impulsionou o desenvolvimento da civilização industrial, está sendo substituída por máquinas de controle numérico e robôs (Flarnecker, 1999:84), os quais afetam todas as áreas da atividade humana: do comércio às finanças; da educação ao emprego; da recreação à vida doméstica. Mas, mesmo assim, é válido sustentar que a substituição da máquina mais simples pela mais sofisticada não muda o fato objetivo de que "ambas constituem a base tecnológica da produção capitalista" (Monreal, *op. cit.* Harnecker, 1999:88). Por isso é que o "novo" que, na atualidade, qualificaria a questão social, é questionável.

Até nas formas de regulação e gestão social contemporâneas, o "novo" é discutível, embora as políticas sociais hoje veiculadas pelo ideário neoliberal sejam chamadas de "nova geração".

Por falta de alternativas ao pacto interclassista que, entre os anos 40 e 70 do século XX, ajudou a viabilizar o funcionamento do *Welfare State* keynesiano, concebem-se, agora, outros arranjos reguladores, ditos plurais e menos burocratizados, mas que, na prática, reeditam velhas fórmulas que não deram certo no passado. É o caso do modelo denominado de *pluralismo de bem-estar* ou *bem-estar misto* (*welfare mix*), defendido por liberais, e até por segmentos de

esquerda, cuja grande invenção, em resposta à chamada *crise* (também discutível) dos Estados de Bem-Estar, é a de responsabilizar o mercado e a sociedade (especialmente as instituições primárias desta, como a família, vizinhos, amigos próximos) pela provisão social. Em sua versão mais sofisticada, tal concepção vai buscar suporte em pensadores contemporâneos críticos do domínio do Estado sobre a sociedade, como Habermas, e se expressa no discurso de autores como Rosarvallon e de intelectuais pós-modernos, pós-estruturalistas ou democratas radicais, que defendem uma “sociedade ativa” e provedora de bem-estar. Em vista disso, é preciso entender o caráter do pluralismo defendido e o que de fato ele quer inovar, já que, como dizem Johnson (1990:6) e Abrahamson (1995), é evidente que os Estados de Bem-Estar sempre foram pluralistas, no sentido de incorporar uma grande variedade de provedores: o Estado, o mercado, as agências voluntárias, as redes informais de prestação de ajuda. O que se quer, de fato, com tais arranjos plurais modernos, nos quais o Estado, o mercado e a sociedade ora funcionam como subsidiários, ora como complementares ou em combinação, é a criação de uma via para a privatização das políticas públicas, com o consequente desmonte dos direitos sociais, que só o Estado pode garantir. É por isso que pensadores como Francisco de Oliveira (1999), ao se referir ao Brasil, conclui que a face real do neoliberalismo nacional é a do *totalitarismo*, caracterizado pelo esvaziamento da esfera pública, pela privatização dos negócios públicos, pela anulação das falas populares, pela desmoralização das demandas sociais e, acrescido eu, pela substituição da política pelo tecnicismo e pelo administrativo. Por sua vez, Boaventura de Souza Santos chama essa tendência de *fascismo pluralista* por procurar dissolver a concreitude da vida política e do processo de contrabalização da sociedade, que constitui “a metáfora fundante da vida moderna” (1999) e, portanto, por não prezar o jogo democrático.

4 - Comentários críticos e céticos

Isso explica a defesa neoliberal de princípios e critérios de gestão social que reintroduzem na pauta das prioridades sociais programas e atividades voluntaristas, incertos, seletivos e focalizados na pobreza extrema, ao estilo das velhas Leis dos Pobres elizabetanas e vitorianas inglesas, de séculos atrás. Explica também a recente difusão de concepções equivocadas que, procedentes dos Estados Unidos, afirmam a existência nas sociedades capitalistas atuais de subclasses (*underclasses*), como fruto do inexorável processo de exclusão social e da “cultura da pobreza” cultivados pelo *Welfare State* keynesiano.

Para corrigir essa distorção e livrar as subclasses da cultura da dependência do Estado paternalista, tais concepções apoiam-se, agora, em um outro paradigma, que, segundo Abrahamson (1995), vem sendo definido como *schumpeteriano*, porque

56

vincula a proteção social à contapartida do trabalho e aposta na criatividade empresarial e na autonomia dos consumidores para imprimir um estilo meritocrático às políticas sociais. Dá a valorização recente do princípio do *welfare*, e não mais do *welfare*, visando a redução dos gastos sociais e o enquadramento dos pobres na ordem social dominante, em troca de qualquer trabalho e salário. Para justificar tal enquadramento, alega-se, como Inforna Gough (2000), que essas subclasses são portadoras de desvios de comportamento, que as impedem de adaptar-se a uma realidade da qual o paternalismo foi banido. Esta é uma velha história, diz Gough (id.ib), cujas raízes estão nos defensores do *darwinismo social*, mas que contem um elemento inusitado que não pode ser desconstruído. Trata-se da formação de um pensamento que articula o nível macro (econômico) com o micro (moral), para identificar neste último nível escolhas individuais *desvirtuadas*, ditadas por uma *moral negativa* alimentada pelos condenáveis *instintos econômicos* oferecidos pelas instituições do *Welfare State*. Assim, por esse prisma, as *deficiências de comportamento* que definem as chamadas subclasses e as diferenciam dos *pobres merecedores* (os incapacitados para o trabalho), são sintomas de uma crise moral, geradora de um círculo vicioso da cultura da dependência ou da pobreza - um obsoleto conceito veiculado nos anos 60 pelo contestado antropólogo Oscar Lewis - que reforça a exclusão social.

Tudo isso faz aumentar o meu ceticismo a respeito da pertinência do adjetivo “nova”, com que se quer qualificar a essência dos problemas atuais, assim como a respeito da existência de uma explicitada “questão” social contemporânea. Dá a pergunta: não seriam os problemas atuais um ponto de partida ou precondições constituintes da explicitação da questão social, explicitação essa que iria desnudar as contradições fundamentais do sistema capitalista? E a transformação desses *problemas* em *questão* não seria uma importante tarefa dos setores progressistas, incluindo as profissões - uma tarefa talvez mais urgente e complexa do que procurar encontrar respostas técnicas para os males causados por eles? Eu penso que sim, e vejo o Serviço Social brasileiro como uma das poucas profissões afetadas a abraçar essa tarefa.

5 - Desafios epistemológicos para o Serviço Social

Contudo, percebo também que para muitos de nós, assistentes sociais, a questão social não está clara. Ela é, no mais das vezes, vista, genericamente, como a representação das crises, tensões, desgostos, riscos, vulnerabilidades, desconstruções, discriminações, aporias, que eletrivamente existem e castigam grande parte da humanidade. Até a falta de participação social - um dos elementos-chave (ao lado da conscientização) da constituição da questão social - é, muitas vezes, considerada como tal. Isso, coloca, a meu ver, desafios epistemológicos sérios para o Serviço Social porque, sendo a questão social o

seu foco privilegiado de interesse científico e político, e em não estando esse foco teoricamente definido, corre-se o risco de torná-lo analiticamente como um fato inespecífico, caindo-se no relativismo, ou de pensá-lo como um fenômeno espontâneo desfalcado de protagonismo político.

Para melhor delimitar histórica e teoricamente a *questão social*, entendo que pelo menos quatro grandes indagações devem ser formuladas:

- a) qual a diferença entre *questão social* e suas precondições constituintes ou pontos de arranque: *necessidades, desigualdades, crises, etc.*, geradas pelas contradições fundamentais do sistema capitalista?
- b) qual a relação entre o fenômeno denominado *questão social*, ocorrido no século XIX, no marco das transformações produzidas pelo processo de industrialização - que pos em rota de colisão duas forças antagonicas (burguesia e proletariado) - e a chamada *nova questão social*, identificada a partir do final dos anos 70 do século XX, no rastro da chamada *terceira revolução* ou *revolução informacional* - que esvaziou o poder de pressão dos trabalhadores, alijou os sindicatos do controle da exploração da força de trabalho e esgarçou o vínculo entre necessidades sociais e cidadania?
- c) Não seriam as precondições constituintes da *questão social* - que não são inocuas e mantêm consideráveis parcelas da população oprimidas e desesperançadas - que estariam a exigir maior esforço cognitivo e ativo do Serviço Social para serem decifradas, publicizadas e submetidas ao julgamento público, em busca de decisivos enfrentamentos? Tal indagação não reíra a *questão social* de nossa pauta privilegiada de considerações, só que a estariam enfocando pelas suas *protuberâncias* ou *latências*, que tendiam a se perpetuar livres de perturbações.
- d) Por fim, não estaríamos nós, assistentes sociais, usando o termo *questão social* de forma tão genérica, a ponto de muitas vezes confundir-la com *questões sociológicas* ou questões teóricas que freqüentemente formulamos como nosso ponto de partida de investigação?

A resposta a essas indagações requerem algumas considerações a respeito do termo *questão*.

O termo *questão*, sem o adjetivo *social*, possui, semanticamente, várias conotações. Tanto pode ser sinônimo de *pergunta, interrogação, problema, dúvida*, como pode ser entendido como *litígio, contenda, desavença, conflito, aporia* (dificuldade de ordem racional ou conflito de opiniões e de interesses). Na matemática, na pesquisa, nos procedimentos científicos, por exemplo, *questão* significa a enunciação de uma situação significativa, congruente e dotada de uma problemática que requer solução ou resposta racional. Funciona como um comando

referencial às operações que deverão ser realizadas com vista à sua resolução ou esclarecimento. Por isso, tal *questão* já contém em si os elementos do seu tratamento analítico: o objeto, as suposições ou hipóteses, as categorias de análise, etc. Dai considerarmos esse tipo de *questão* o primeiro fio condutor da reflexão científica, com vista ao seu mais preciso entendimento ou resolução cognitiva.

A ciência e as disciplinas científicas colocam para si mesmas *questões* desse tipo, cujo enfrentamento constitui a pedra de toque do processo de conhecimento. E, este, à medida que avança, exige superação das *questões resolvidas* e formulação de novas, que, por sua vez, repõem novas problemáticas, que conduzem a novos conhecimentos. Portanto, não existe conhecimento científico sem a problematização de um conteúdo (fático ou racional) contida numa questão de partida.

O Serviço Social como disciplina científica, que também é, pauta-se por essa orientação, isto é, também adota *questões* para investigação. Por isso, as questões integrantes de sua agenda de estudos, pesquisas e projetos de intervenção, nem sempre são *questões sociais* de fato. Podem ser *questões*, problematizadas a partir de evidências captadas de um amplo espectro de fatos, processos, relações sociais reais (e não constructos), que requerem compreensão e intervenção, como por exemplo: pobreza absoluta, desemprego estrutural, violência urbana, etc. Estes fatos, como sabemos, mesmo estando freqüentemente sob o foco da *midia* e recebendo por parte dos governos e de setores da sociedade vários tipos de atenção, são, no mais das vezes, *crônicos* *problemas sociais* que, apesar de produzirem e reproduzirem efeitos deletérios, nunca se transformaram em uma questão de caráter social que obrigasse os poderes públicos a tomar medidas decisivas para o seu mais eficaz equacionamento. Constituem, portanto, *questões não explicitadas*, que se perpetuam como tais, inclusive graças ao tratamento paliativo que recebem.

Se acrescida do adjetivo *social*, a palavra *questão* ganha outro significado. Indica, como vimos, a existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos ou antagonicos - dada a sua desigual posição na estrutura social - na qual os atores dominados conseguem impor-se como forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos.

Foi com essa caracterização que a *questão social* surgiu na Europa no século XIX. Na sua base não estava um vazio factual, mas necessidades sociais associadas à pauperização crescente da classe trabalhadora, determinada pela tendência capitalista de aumentar a taxa de exploração do trabalho, independentemente da produtividade deste. E foram essas necessidades que, uma vez problematizadas por atores conscientes de sua situação de exploração, e com poder de pressão, propiciaram a passagem do problema da pobreza, antes considerado natural, em explosiva *questão social*. Por isso, a *questão social* é, de fato, *particular* e *histórica*. Não existiu antes da Revolução Industrial,

porque foi a partir dessa revolução que as relações sociais de produção foram modificadas a ponto de dividir toda a sociedade em duas grandes classes diretamente contrapostas: a *burguesia* e o *proletariado*. Daí Marx qualificar a Revolução Industrial como a fase prévia da luta de classes e como gestora de novas condições de opressão dada a imposição, desde então, da *burguesia* como classe dominante.

Portanto, foi uma necessidade social problematizada por atores estratégicos - o pauperismo das massas trabalhadoras, no século XIX - que serviu de *leitmotiv* do processo de constituição da questão social, num quadro particular de relações entre classes antagonicas e de conscientização dos dominados das determinações sociais e políticas daquela necessidade.

Por essa perspectiva, a *questão social* constitui um estágio mais avançado, conflituoso e consciente do movimento de reação das classes subalternas à dominação social capitalista, e o que mais claramente exige definições políticas dos atores em presença. Pois é perante a esse tipo de *questão* que atores sociais, incluindo as profissões, vão se posicionar a favor ou contra o seu mérito e participar da formulação e do controle das respostas políticas que serão dadas a ela nas arenas decisórias, gestoras e executivas. Mas, até chegar a esse ponto, numerosas *calamidades* sociais que foram *naturalizadas* precisam sair desta condição. E, aí, as profissões de conteúdo social, dentre as quais o Serviço Social, têm que descobrir qual é a sua contribuição e como devem participar da sua problematização.

Por certo que, diante dessa exigência profissional e da complexidade dos desafios atuais, os campos cognitivo e ativo das profissões sociais têm que passar por transformações significativas, desafiadoras de consensos estabelecidos e indicadoras de renovações teóricas e práticas. No bojo dessas transformações os profissionais têm que se questionar, de se colocar em causa, de praticar o exercício da autocrítica, ao mesmo tempo em que questionam o contexto em que atuam.

Parafraseando Olávio Ianni (1997:14) ao falar Sociologia, diria, referindo-me ao Serviço Social, que o conteúdo desta profissão vem requerendo profunda e ampla mudança. Isso porque tal conteúdo vem se mostrando cada vez mais complexo e ao mesmo tempo que menos conhecido, já que o patrimônio teórico elaborado até o presente não é suficiente para dar conta das relações, processos e estruturas ainda pouco estudadas ou desvendadas e para instrumentalizar a prática. E este é um dos desafios mais prementes para o Serviço Social.

Bibliografía

- ABRAMAMSON, Peter. Regimes europeos del bienestar y políticas sociales europeas: convergencia de solidariedades? In: SARASA, S. e MORENO, L. (comp) El Estado del bienestar en la Europa de Sur. Madrid: CISC, 1995.
- CHAUI, Mariama. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia. Os sentidos da democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.
- KUNZELOT, Jacques. As transformações da intervenção social face à exclusão. Ser Social (Ver. Do programa de pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília), n.3, Brasília: UNB, 1998.
- GINNER, S. e SARASA, S. Buen gobierno y política social. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.
- GOUGH, Ian. From welfare to workfare: social integration or forced labour? Conference on politics and instruments of fighting against poverty in European Community. Almansil, Algarve : 1st ad 2nd, February, 2000.
- HARNECKER, Marta. La izquierda en el umbral del siglo XXI. Habana: Ed. de Ciencias Sociales, 1999.
- HELLER, Agnes. Uma crise global da civilização: os desafios futuros. VV. AA. A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- IANNI, Olávio. A Sociologia numa época de globalismo. In: FERRERA, L. (org) A Sociologia no horizonte do século XXI. São Paulo: Boitempo, 1997.
- JOHNSON, Norman. El estado de bienestar en transición: la teoría y la práctica del pluralismo de bienestar. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1990.
- MISHRA, Ramesh. O estado-providência na sociedade capitalista. Portugal: Celta, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, Maria Célia. Os sentidos da democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.
- POLANY, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- SANTOS, Boaventura S. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, Maria Célia. Os sentidos da democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SCHAFF, Adam. La nueva izquierda, una necesidad urgente. In: TEZANOS, Jose Felix (ed). La democracia post-liberal. Madrid: Sistema, 1996.